

A PROTEÇAO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR EM PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE E ANÁLISE DAS INVESTIGAÇOES PRELIMINARES PROCON / SM NO ANO DE 2009

Cecy Mitie Furusawa Vieira

Professor (a) Orientador (a): Simone Stabel Daudt

Curso de Direito

Apoio da Pró–Reitoria Pós Graduação, Pesquisa Extenção

A saúde é um direito de todos e garantia do Estado, como preceitua a Constituição Federal de 1988. No entanto, não é exclusividade do poder público fornecê-la, sendo livre à iniciativa privada. No intuito de defender os cidadãos das possíveis práticas abusivas por parte das empresas de planos privados de saúde, foi criada a lei 9656/98 que permitiu através do Decreto 2.181/97, a criação do PROCON, órgão responsável pela proteção do consumidor. O presente estudo busca verificar a proteção contratual do consumidor em planos privados de saúde analisar os registros das investigações preliminares com relação às empresas de planos privados de saúde no PROCON / Santa Maria referente ao ano de 2009.

O método de abordagem utilizado foi o indutivo, partindo de dados particulares, como o estudo de casos registrados junto ao PROCON, chegando-se a uma verdade geral, para verificar a proteção contratual do consumidor em Planos privados de assistência à saúde. Examinaram-se junto ao PROCON, casos recorrentes de quebra de contrato e reclamações do consumidor em relação às empresas de planos privados de saúde, por meio do método de procedimento monográfico. Ainda, foi utilizado o método histórico, o que permitiu verificar as contribuições e influências do Direito, para regularizar a relação entre as partes e proteger o consumidor de contratos abusivos. Por fim, aplicou-se o método estatístico de pesquisa, que teve por finalidade traçar um quadro quantitativo dos problemas mais freqüentes registrados entre o contratante e o contratado e possíveis soluções adotadas para solucionar os problemas entre as partes.

Dentro dos limites propostos pelo trabalho, como resultado parcial percebe-se a situação desvantajosa para os contratantes. Existem leis e órgãos para orientar o consumidor, porém estes instrumentos não tem sido suficientes, permitindo o desequilíbrio entre as partes e gerando as práticas abusivas.

Palavras chaves: Plano de Saúde, Consumidor, Cláusulas abusivas.